

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e dispõe sobre conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Dê-se ao inciso I do §1º do art. 4º do Projeto de Lei a seguinte redação:

Art. 4º

§ 1º Para os fins do disposto no caput deste artigo, a capacidade de pagamento será aferida considerando-se o patrimônio líquido realizável do sujeito passivo, desde que o contribuinte:

I – **sendo o devedor pessoa jurídica**, apresente relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas;

JUSTIFICAÇÃO

A exigência de apresentação de relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras para poder haver dispensa de garantia para suspensão da exigibilidade do crédito tributário questionado judicialmente restringe o benefício a pessoas



jurídicas, visto que as pessoas físicas não têm demonstrações financeiras, logo isso deve ficar bem claro no Substitutivo.

Sala das sessões, de de 2023.

Leo Prates

Deputado Federal





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Léo Prates)**

Disciplina a proclamação de resultados de julgamentos, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e dispõe sobre conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.

Assinaram eletronicamente o documento CD230187689500, nesta ordem:

- 1 Dep. Léo Prates (PDT/BA)
- 2 Dep. André Figueiredo (PDT/CE) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA *-(p_5870)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

